

**O Trabalho de criação e desinstitucionalização de práticas e modificações no processo produtivo da cachaça em Minas Gerais**

**THATIANA STACANELLI TEIXEIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**DANIEL CALBINO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

**VALÉRIA BRITO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

## O Trabalho de criação e desinstitucionalização de práticas e modificações no processo produtivo da cachaça em Minas Gerais

### 1. INTRODUÇÃO

Caracterizada como um produto genuinamente brasileiro, cuja trajetória perpassa todo o contexto histórico do país desde a época colonial, a cachaça, na última década passou a ser reconhecida como uma bebida consumida pela elite, conquistando os paladares de um consumo de alto valor agregado (SILVA, 2009; TEIXEIRA, 2020).

Atualmente a cachaça destaca-se como um produto de exportação relevante na balança comercial. No ano de 2018, 21 estados brasileiros exportaram a bebida para 67 países, o que rendeu 15,8 milhões de dólares expressos em um volume de 8,41 milhões de litros (IBRAC, 2019).

Além disso, dentre as bebidas destiladas, é a mais consumida no país com 87% do *Market Share*. Movimenta 7,5 bilhões de reais por ano, empregando 600 mil trabalhadores, com a estimativa de crescimento do mercado de 5,1% nos próximos anos (SEBRAE, 2019).

Para que o produto atingisse tal reconhecimento e perdesse a imagem de um produto inferiorizado, foram necessárias mudanças culturais em valores e hábitos de seus consumidores. Em se tratando de um espaço institucionalizado, definido por Bouma e Fellow (1997), como um conjunto de normas que são constituídas através da interação social, o campo da cachaça se apresenta permeado por interações institucionais entre diferentes agentes.

Em Minas Gerais, pode-se encontrar a presença de órgãos estaduais e federais que participam ativamente junto à produção de cachaça, atuando em temas sociais, ambientais, mercadológicas e entre outras demandas, constituindo-se em um campo institucionalizado e permeado por relações sociais e organizacionais que estão sob influência mútua. É perceptível que o desenvolvimento histórico e cultural da cachaça, assim como a sua legitimação como produto nacional e patrimônio cultural, revelam a sua importância como objeto emergente para estudos.

As particularidades presentes no campo da cachaça norteiam o desenvolvimento da questão central que orienta o presente estudo, que visa responder: como o Trabalho Institucional dos atores envolvidos modificaram as boas práticas de produção da cachaça mineira? Para responder a esta questão, o objetivo desta pesquisa foi compreender como o trabalho institucional executado pelo estado tem contribuído para a desinstitucionalização e institucionalização de boas práticas de produção no atual contexto de produção de cachaça.

Nessa direção, como uma nova perspectiva de estudo sobre essa dinâmica, emerge o Trabalho Institucional, uma nova vertente do Institucionalismo, que de acordo com Lawrence e Suddaby (2006, p. 215) diz respeito à “ação proposital de indivíduos e organizações destinadas à criação, manutenção e ruptura de instituições” (tradução livre). As pesquisas que envolvem esse marco teórico podem explorar o modo como os indivíduos mudam as instituições e referem-se às mudanças sociais. Nessa perspectiva, o olhar recai para a relação entre as instituições e atores, ou seja, entre estrutura e agência. Nela é destacando o papel da agência humana junto aos seus esforços para criar, perpetuar ou interromper instituições.

As contribuições variam em dois eixos, sendo o primeiro, a contribuição teórica, que escolhe o trabalho institucional como corrente de pensamento recente e que vem aumentando os números de publicações a cada ano (TEIXEIRA; SILVA; MORAIS, 2019) devido sua enorme abrangência para diversas possibilidades empíricas. A segunda contribuição, fica à disposição da discussão empírica, em que discute uma das bebidas mais tradicionais do Brasil, a cachaça. Até o presente momento, não se registrou nenhum trabalho que embase nesse recorte teórico e empírico, em especial no contexto de práticas de produção da cachaça, o que se apresente como uma contribuição teórica para o trabalho institucional e para o campo de produção da cachaça.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Concepções teóricas sobre o Trabalho Institucional**

Diante de um novo escopo, advindo da teoria institucional e do neoinstitucionalismo, Lawrence, Leca e Zilber (2013) destacam que o trabalho institucional direciona seus esforços para compreender os objetivos dos agentes em seu trabalho de impactar as instituições. Bruning, Marra e Godri (2015) relatam que o trabalho institucional se inspira na sociologia da prática, visando descrever as atividades dos agentes e organizações com a intencionalidade de alcançar os resultados almejados. Nesse sentido, as mudanças são mais favoráveis a ocorrerem ao longo do processo de ações, e com isso, o trabalho institucional recusa a concepção de organizações racionais concebidas por um determinismo estrutural pleno.

Paiva et al. (2018) destacam que o trabalho institucional tem sido considerado uma das principais orientações do institucionalismo. O impulso para novos estudos veio a partir da publicação de Lawrence e Suddaby, em 2006, com a obra “*Institutions and Institutional Work*”. Para os autores, essa perspectiva possibilita analisar a “ação proposital dos indivíduos direcionados à criação, manutenção e ruptura das instituições” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 215), sendo uma ação institucional inteligente e situada, uma teoria da prática que busca compreender como os agentes organizacionais atuam para criar, manter e interromper instituições, tendo destaque para o papel da agência humana e as ações desenvolvidas pelos agentes que são capazes de exercer influências sobre as estruturas sociais e o campo organizacional.

Lammers e Garcia (2017) sustentam que o trabalho institucional é desenvolvido por indivíduos que utilizam de seu conhecimento, habilidade e reflexividade, em que os agentes realizam esforços conscientes e intencionais para afetar instituições.

Para Lawrence, Suddaby e Leca (2009) e Coraiola et al. (2012), o trabalho institucional pode ser entendido como a relação entre ações e instituições de maneira recursiva, sendo que ambas estão em interação e se afetam mutuamente. Portanto, existe um movimento dialético entre as ações desenvolvidas pelos agentes e as instituições, que pode ser compreendido quando se verifica que a instituição ao mesmo tempo em que é moldada pela agência humana, influencia as ações desenvolvidas pelos agentes (CORAIOLA et al., 2012).

Em relação aos estudos sobre o trabalho institucional, Lammers e Garcia (2017) argumentam que estes reconhecem que os agentes podem e fazem esforços conscientes e intencionais para afetar as instituições. Com isso, as pesquisas se engajam em compreender os conjuntos de práticas em que os agentes institucionais se engajam, consistindo em uma variabilidade de possibilidades de pesquisas entre questões ligadas à criação, manutenção e cooperação (ZILBER, 2007) ou a desestruturação de instituições (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013).

Diante do processo previsto pelo trabalho institucional, de criação, manutenção e interrupção de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) pode-se realizar a investigação no campo da cachaça, destacando o trabalho institucional de criação e desinstitucionalização de práticas de produção de cachaça, sendo os processos condizentes com esses trabalhos realizados pelos diferentes agentes identificados no campo de pesquisa. Para tal, faz-se necessário o conhecimento das categorias de criação e desinstitucionalização, abordados por Lawrence e Suddaby (2006).

### **2.2 O trabalho institucional de criação e desinstitucionalização**

No interior do trabalho institucional proposto por Lawrence e Suddaby (2006), tem-se as categorias analíticas de criação, manutenção e ruptura institucional. Em se tratando do recorte empírico da produção de cachaça, no presente contexto, é válido salientar as categorias

de criação e desinstitucionalização presentes no recorte analítico deste trabalho, centralizado nas práticas de produção do setor.

O processo de criação institucional está ligado ao empreendedorismo institucional, no qual os agentes promovem arranjos no interior das organizações a fim de atender seus interesses (ZIETSMA; MCKNIGHT, 2009). Lawrence e Suddaby (2006) também já haviam discutido que os agentes são dotados de interesses e desenvolverão atividades que irão influenciar os ambientes em que estão inseridos. E para atender estes interesses norteadores dos empreendedores institucionais, existe a necessidade de se criar instituições que sejam capazes de adentrar nas organizações onde esses agentes se encontram (ZIESTMA; MCKINGHT, 2009). Nessa categoria, Lawrence e Suddaby (2006) destacam nove categorias analíticas utilizadas para o processo de criação institucional, sendo: defesa de direitos, definição, aquisição, construção de identidades, mudanças de associações normativas, construção de redes normativas, mimetismo, teorização e educação dos atores (TEIXEIRA, 2020; TEIXEIRA; SILVA; MORAIS, 2019).

Pela perspectiva do trabalho institucional realizado pelos agentes em ambientes institucionais, diante a criação e manutenção de instituições, as ações desses agentes também podem provocar interrupções institucionais. Para Zvolska, Palgan e Mont (2019, p. 672) “os atores interrompem as instituições quando a ordem institucional existente não fornece apoio suficiente para que eles realizem suas atividades”.

A desinstitucionalização (CORAIOLA et al., 2012) ou disruptura institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006), pode ocorrer mediante a insatisfação dos agentes envolvidos no campo institucional e quando estes desejam interromper regras e simbolismos perpetuados em uma organização. A insatisfação gerada pelo não atendimento dos interesses dos agentes faz com que estes escolham quais instituições se tornaram ineficazes (CORAIOLA et al., 2012; YAN et al., 2018).

É nesse processo que ocorre a desinstitucionalização, que segundo Oliver (1992), refere-se à deslegitimação de prática ou procedimento organizacional, ou do fracasso de organizações ao reproduzir ações legitimadas ou assumidas por organizações. Nesse processo, ocorrem duas categorias de trabalho institucional. A primeira é referente à ruptura das instituições, que é viabilizada pelos agentes quando estes não se empenham para criar ou apoiar a instituição, mas sim, para derrubar ou atingi-la, tornando-a ineficaz. A segunda categoria faz menção ao trabalho realizado pelos indivíduos e organizações para perdurar instituições. Ao reproduzir ações legitimadas, o sucesso das instituições se tornam incertos, por mais institucionalizadas que elas estejam. E para que estas ações atinjam a instituição e faça com que ela perdure no tempo, é necessário o engajamento dos indivíduos e da própria organização (OLIVER, 1992). O estado também pode ser influenciador para a interrupção de instituições, interferindo nas definições e premissas que já foram instaladas. Lawrence e Suddaby (2006) classificam o processo de interrupção das instituições através de três categorias analíticas, sendo a desconexão de sanções, dissociação dos fundamentos morais, e minar as suposições e crenças (TEIXEIRA, 2020; TEIXEIRA; SILVA; MORAIS, 2019).

De modo a investigar o trabalho institucional no campo da cachaça, faz-se necessário compreender alguns percursos históricos ao longo da trajetória da cachaça, que marcam como era o cenário e como este se encontra, direcionando seus esforços para o lado da criação e desinstitucionalização de formas políticas e técnicas que afetam a produção da cachaça.

### **3. METODOLOGIA DE PESQUISA**

Em consonância com o objetivo proposto inicialmente neste artigo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com foco exploratório e descritivo. A escolha por essa natureza e tipo de pesquisa é justificada pela leitura e compreensão de elementos e fenômenos circunscritos ao tema de pesquisa, sendo que por meio dessas, o pesquisador consegue explorar e descrever a

realidade a partir dos fenômenos e demais elementos que contribuem para a construção da realidade de pesquisa. A intencionalidade de pesquisas desse tipo é descrever determinado fenômeno através de percepções de agentes que estão inseridos no campo, ou através da observação do pesquisador, como prevê Gil (2008).

Dessa forma, o estudo foi realizado junto aos agentes que atuam no campo da cachaça, sendo eles produtores, ex produtores, responsáveis técnicos, servidores de órgãos inseridos no campo da cachaça e pesquisadores do setor, de modo a recontar o processo histórico de institucionalização da bebida, as práticas de produção antigas e atuais, identificação do trabalho institucional realizado pelo estado e as resistências dos agentes inseridos no campo, visando compreender como o trabalho institucional executado pelo estado tem contribuído para a desinstitucionalização e institucionalização de boas práticas de produção no atual contexto de produção de cachaça.

A escolha por Minas Gerais se deu em razão da grande popularidade da bebida no estado, sendo o “principal produtor de cachaça de alambique no país com participação de 15% do mercado total (industrial e artesanal). Quanto à participação na produção de Cachaça Artesanal, esse número era ainda mais expressivo, representando cerca de 50% do total” (SEBRAE, 2013, p. 28).

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a pesquisa documental, partindo de informações disponíveis a partir de documentos, como notícias, legislação, artigos científicos, trabalhos públicos, trabalhos acadêmicos, livros, cartilhas, revistas, sites de produtores e informativos do campo da cachaça. Esta pesquisa possibilitou a construção da discussão em torno da cachaça, assim como compreensão da sua institucionalização como bebida brasileira e suas práticas de produção. Essa coleta de dados ocorreu no período de março de 2019 a janeiro de 2020.

A segunda etapa consiste nos procedimentos de campo para coleta dos dados, realizada no período entre junho e setembro de 2019, quando foram utilizadas técnicas de entrevista qualitativa junto aos agentes envolvidos no campo, a coleta de materiais audiovisuais e arquivos por eles fornecidos, como arquivos pessoais.

Em relação às entrevistas, o critério inicial para escolha dos dois primeiros produtores entrevistados se deu por conveniência, e as demais, através do método de indicação, consistindo na “bola de neve” de entrevistados. Assim, as duas primeiras entrevistas com produtores foram selecionadas pela conveniência devido a uma aproximação entre pesquisadora e o estabelecimento, em razão do conhecimento e atuação deste no setor, consistindo nos entrevistados E11 e E12. Em seguida, as demais entrevistas foram escolhidas pelo método “bola de neve”, através das próprias indicações dos produtores. Por essas indicações, foram realizadas 13 entrevistas com produtores, em 10 estabelecimentos distintos distribuídos em municípios circunvizinhos a Lavras – MG. Os contatos com estes produtores foram realizados através de telefonemas e por aplicativos de mensagens.

Em relação aos agentes estatais, a definição de quais deveriam ser entrevistados foi iniciada durante as buscas documentais, em que se procurava por artigos e publicações de órgãos estaduais que tivessem atuação dentro do campo da cachaça, para que houvesse um primeiro conhecimento de quem estaria atuando no setor e como constituía essa atuação.

Alguns pesquisadores com trabalhos relevantes para o campo também foram ouvidos, de modo a relatar suas pesquisas no campo e descrição do cenário atual e passado, como é o caso dos entrevistados 26 e 27, que são pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais.

As entrevistas não seguiram uma ordem prioritária, uma vez que os contatos se iniciaram pelos servidores de órgãos tidos como importantes para o campo de análises documentais e históricas, e de forma intercalada foram ocorrendo entrevistas com produtores de acordo com suas disponibilidades, visto que essa pesquisa foi desenvolvida durante o período

de produção da cachaça, período compreendido entre março e novembro para a maioria dos produtores, o que dificultou um pouco o acesso aos produtores por causa de suas ocupações.

Outros agentes também foram apontados como importantes para o campo, como o responsável técnico (RT) da produção, uma vez que todo estabelecimento produtor, por exigência legal, deve ter o acompanhamento técnico. O contato com eles ocorreu através de telefonemas, mensagens por aplicativos e e-mail. Todas as entrevistas foram concedidas com o devido consentimento de participação e garantido o anonimato dos dados, nomes e marcas e a lista de participantes está relacionada no Quadro 1.

Quadro 1- Relação de entrevistados, funções e localização de atuação

<b>Entrevistados</b>	<b>Função</b>	<b>Local de atuação</b>
Entrevistado 1	Servidor da FEAM	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 2	Consultor da ANPAQ	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 3	Membro do SindiBebidas	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 4	Membro do SindiBebidas	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 5	Produtor	Lavras – MG
Entrevistado 6	Servidor do IMA	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 7	Servidor do IMA	Belo Horizonte - MG
Entrevistado 8	Servidor do IMA	Lavras – MG
Entrevistado 9	Servidor do IMA	Lavras – MG
Entrevistado 10	Servidor do MAPA	Lavras – MG
Entrevistado 11	Produtor	Itumirim – MG
Entrevistado 12	Produtor	Itumirim – MG
Entrevistado 13	Responsável Técnico	Lavras – MG
Entrevistado 14	Produtor	Lavras – MG
Entrevistado 15	Produtor	Itumirim – MG
Entrevistado 16	Produtor	Lavras – MG
Entrevistado 17	Produtor	Lavras – MG
Entrevistado 18	Produtor	Perdões – MG
Entrevistado 19	Responsável Técnico	Lavras – MG
Entrevistado 20	Ex produtor	Itumirim – MG
Entrevistado 21	Servidor da Epamig	Lavras – MG
Entrevistado 22	Servidor da Epamig	Lavras – MG
Entrevistado 23	Produtor	Ribeirão Vermelho –MG
Entrevistado 24	Produtor	Perdões – MG
Entrevistado 25	Produtor	Ijaci –MG
Entrevistado 26	Pesquisador da área	Ouro Preto- MG
Entrevistado 27	Pesquisador da área	Ouro Preto- MG

Fonte: Do autor

Em face do exposto, pode-se perceber que os sujeitos e estabelecimentos selecionados representam uma diversidade de características, englobando diferentes municípios como Lavras, Ijaci e Perdões.

Para analisar os dados, foi utilizado a técnica de análise e interpretação dos dados de análise de conteúdo temática, baseada em Braun e Clark (2006) e Clark e Braun (2013). A análise temática possibilita relatar experiências, significados e realidade dos participantes, ou ainda pode ser considerada como construtivista, identificando os diversos discursos emergentes na sociedade. Este método possibilita a reflexão da realidade, ajudando a desvendar ou desfazer superfícies da realidade (BRAUN; CLARKE, 2006), ou seja, uma falsa realidade. Com base na análise de conteúdo temática, algumas categorias foram definidas para a análise, sendo as especificações políticas uma delas, que será demonstrada a seguir.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O antigo cenário de produção de cachaça

A cachaça é um produto tipicamente brasileiro e tem sua produção datada desde o período da América portuguesa, durante o século XVI, por volta de 1530, época em que a cana de açúcar estava em seu início de produção. Desde então, a presença da coroa portuguesa sempre foi muito destacada no contexto de produção, pois era ela quem regulava sua produção e comercialização nos anos subsequentes, como relata Teixeira (2020). Ademais, desde sua criação, a bebida vem passando por diversas mudanças produtivas, mercadológicas, social e histórica (SILVA, 2015), sendo considerada um símbolo cultural brasileiro, e atualmente, vista até mesmo como um produto de alta distinção social (TEIXEIRA, 2020, PAIVA, 2017).

Desde o momento de suas primeiras doses, a bebida passou por diversos processos de produção e até mesmo, proibição de produção por parte da coroa portuguesa, mas esse movimento de proibição não foi aceito pelos produtores e consumidores e a bebida continuou tendo sua ascensão de produção e consumo em larga escala pela população de baixa renda, por ser considerada uma bebida barata. Nesse contexto, observa-se um indicativo de que a cachaça e seu consumo já estava institucionalizada no país, não aceitando essa intervenção que pretendia sua desinstitucionalização.

Visando mudar essa percepção de produto inferiorizado e torná-la um produto de alta qualidade e requinte, os agentes do campo passaram a se organizar de modo a influenciar políticas públicas para o setor produtivo. Desse modo, o cenário das cachaçarias começou a ser alvo de política estatal, com ações que dispunham estruturar a sua cadeia produtiva, buscando conservar essa bebida com longa carga histórica. A partir da década de 1980, o governo federal iniciou seu plano de legalização e certificação das práticas de produção, adicionando maior valor agregado à produção, como valor simbólico e econômico (PAIVA, 2017). Até aquele momento, a cachaça sempre era vista como um produto inferiorizado e esquecido pelas autoridades fiscais e políticas, embora ainda exista um grande número de produtores informais, como relata Morais (2019).

Sua produção era feita por produtores rurais que denominavam de cachaça artesanal, sendo aquela bebida feita com cana de açúcar de produção própria, além de nenhuma atenção com higiene do produto e atenção à saúde, como relata o entrevistado 16.

[...] pra muitos é aquele ambiente sujo, imundo, é onde tem toda porcaria lá dentro, dornas de fermentação toda suja, isso é muito comum do setor [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 16)

[...] mas pra você ter uma ideia, aparecia produtor que falava que se não jogasse um bucho de tatu dentro do tanque, não fermentava. Então assim, as histórias... Eu tenho slides, eu tenho fotos de cada coisa [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 26)

[...] era sim muito... muito rudimentar mesmo você encontrava cano de PVC para passar o produto destilado, encontrava dornas de fermentação, assim...de alvenaria de plásticos ruins, produto fermentado em barris de plástico, cachaça estocada em barril de plástico sujo, sabe?! Os alambique todos abertos a sala de fermentação toda aberta entrava e saía quem quisesse até animais mortos a gente achou na câmara de fermentação [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 27)

Além do mais, as práticas de produção não passavam por controles, fiscalizações e padrões de qualidade, assim, cada produtor utilizava seus critérios para a produção, não sendo dada atenção à infraestrutura da alambique, aos resíduos sólidos e líquidos produzidos, à

qualidade da cana que influencia diretamente na qualidade da cachaça e outras inúmeras atenções básicas que refletem a falta de atenção a higiene e desestruturação dos produtores em épocas passadas.

Com o passar dos anos, a produção da bebida foi crescendo de forma desordenada, tendo as práticas de produção diversificadas entre os produtores, sem infraestruturas e práticas de higiene sanitárias adequadas. Com esse cenário de popularização da bebida, o Estado, sob a influência de agentes organizados, enxergou uma oportunidade e necessidade de regulamentar a produção e comercialização e de até mesmo, reconhecimento da bebida que era tão popular no país. Em síntese, atores influentes do setor da bebida deram início às atividades de reconhecimento da cachaça e o Estado passou a enxergar a necessidade de regulamentar o setor.

Diante do interesse do Estado, em 1990, os governos estadual e federal se uniram aos produtores para viabilizar a comercialização da cachaça, que no momento, era rentável e dotada de valores históricos e tradicionais. Com o incentivo do governo e interesses das empresas privadas, Minas Gerais deu início a uma nova era de produção de cachaça.

Um grande marco foi em relação à institucionalização do nome cachaça, como produto genuinamente brasileiro, com a aprovação do Decreto Federal nº 4.062 de 21 de dezembro de 2001 regulamentando os termos “cachaça” e “cachaça do Brasil”, assim como também, de projetos e programas “*Diagnostico da Cachaça de Minas Gerais*”, “*Plano de Reestruturação da Cadeia da Cachaça de Alambique de Minas Gerais*” e o “*Decreto da Cachaça de Minas*” (BRASIL, 2001; SILVA, 2009; PAIVA, 2017). Com isso, a Cachaça de Minas é tida como diferenciada das demais cachaças produzidas por outros estados justamente pelas características e padronização na produção do produto, além de ser considerado o estado com maior atividade nessa modalidade de produção.

A cachaça produzida em alambique é representada pelas micro e pequenas empresas, marcadas por uma diversidade maior nos processos de produção. Essa modalidade de produção é realizada por produtores formais e informais, que batalham em busca da ressignificação do consumo e imagem desta bebida alcoólica, contribuindo para que deixe de ser vista como um produto marginalizado, de periferia e da baixa classe social.

No início da produção, algumas obrigações como cuidados na elaboração da bebida e regulamentação do setor de produção e comercialização não eram bem vistas pelos produtores mais antigos, que acreditavam que produzir cachaça era simplesmente moer a cana e colocar na garrafa pet, como colocado pelo entrevistado 16. Desde então, o setor de produção da cachaça passou por diversas modificações visando melhorar a qualidade do produto e inserir o estado em sua regulamentação visando combater a informalidade no setor e regulamentar a produção, acontecendo assim, a desinstitucionalização de práticas de produção que ficaram obsoletas com o passar do tempo e assim, tendo a criação de novas diretrizes de práticas de produção visando melhorias para o setor, tanto em infraestruturas, quanto em qualidade de produto produzido.

Desde então, com a ascensão de sua popularidade, a cachaça passou a ser produzida e consumida em grande escala, passando por um momento de ressignificação, onde a bebida deixou de ser considerada um produto inferiorizado e passou a ser um produto consumido pela alta classe, tendo toques requintados e sabor aprimorado.

Pode-se delimitar o ano de 1982 como um ano marcante para o processo de produção da cachaça, especialmente em Minas Gerais. Como descreve Silva (2009), foi neste ano que o governo estadual demonstrou interesses na produção e comercialização da bebida, assim como também houve interesses privados em sua produção. Este momento incitou as pesquisas, desenvolvimentos tecnológicos de produção e divulgação da cachaça. Há que se reconhecer o trabalho institucional realizado pela AMPAC (Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade) conforme descrito por Morais (2019).



Nessa mesma época, também deu início ao processo de mudança institucional, marcada pela ocorrência de grandes mudanças, como investimentos e novas tecnologias no setor. É a partir dessa época que o Estado desperta interesses sobre a produção de cachaça, investindo em pesquisas de forma a auxiliar em melhorias de produção e qualidade e controle de produção artesanal.

[...] as publicações de cachaça eram realmente muito poucas. Isso porque, foi em 97, quando apareceu os primeiros padrões de identidade, tá?! Então a partir daí, quando foi publicado que realmente o pessoal começou a padronizar e começou a trabalhar com qualidade a inserir padrões e começou a ver realmente que: o Brasil produzia mas que não tinha a noção da bebida, do que era e qual que era a qualidade da bebida da riqueza do produto que é a cachaça [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 26)

Em 1990, maiores engajamentos e esforços foram realizados e direcionados à positivação da cachaça e melhoria de sua imagem, destacando sua sofisticação, qualidade e nobreza. Assim como também, neste mesmo ano, surgiram as primeiras legislações sobre qualidade, produção e padronização da cachaça no país.

Em consonância com o entrevistado 16, em 1992 houve um movimento no estado de Minas Gerais de valorização da cachaça, uma vez que na década de 80, a bebida era vista como ‘bebida de pobre e marginalizada’ (E16), então Minas Gerais alavancou a bebida com a criação da Associação Mineira, hoje de abrangência nacional, se referindo a ANPAQ. O entrevistado 17 segue em consonância dizendo que o estado de Minas contribui para a positivação da imagem da cachaça junto a ANPAQ. Foi nesse contexto também que surgiram os primeiros interesses de estudo no setor da cachaça.

[...] a leitura que eu tenho é que somente em 1992, com aquela lei do reconhecimento da cachaça, como bebida tipicamente brasileira, acho que foi na época do Fernando Henrique Cardoso... acho que foi por ali... ali despertou-se a atenção do segmento acadêmico para o desenvolvimento da cachaça. Então dali, eu acho que tem essa coisa, movimentação que deve ser creditada obviamente aos produtores, que pressionaram os órgãos governamentais e tal [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 16)

Em complementariedade, o entrevistado 20 afirmou que o Estado tem realizado ações que visam melhorar a imagem da cachaça, por meio da aprovação da lei que prevê a cachaça como um produto cultural transformando a cachaça de Minas Gerais em patrimônio histórico.

[...] cachaça saiu de um produto de pobre, marginalizada. Eu falo que a cachaça antigamente era coisa de pobre, e tá ai hoje, cachaça tá subindo, mudando assustadoramente o consumo dos pobres para os de classe mais alta [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 20)

O que tem contribuído para essa nova imagem da bebida tem a ver com a criação de novas regras, mobilização de agentes do campo em busca de mudanças e aperfeiçoamentos para o campo, sendo o trabalho institucional político exercido, assim, constituindo um “novo mercado” com um “novo produto” (SILVA, 2009).

Muitas das práticas de produção encontram-se institucionalizadas nas organizações produtoras, e também, criam-se novas, que provocam mudanças ou interrompem práticas já institucionalizadas mediante a ação humana individual ou coletiva, em que se considera a

racionalidade destes agentes inseridos nos campos organizacionais mediante a intencionalidade de darem significações a elas. Uma prática que não cai em desuso é o consumo desta bebida, que para o entrevistado 19, “[...] beber cachaça hoje é glamuroso [...]” (E19).

## 4.2 O trabalho institucional em foco

O atual contexto histórico, econômico, político e social da cadeia produtiva da cachaça, assim como sua institucionalização em território brasileiro, nos ajuda a compreender as intervenções realizadas por órgãos reguladores e fiscalizadores. Com isso, há uma constante interação entre produtores e governo para conseguir sempre melhorias para o campo, inclusive novas institucionalizações de boas práticas de produção e comercialização da bebida. A inserção de novos agentes no campo tem feito com que estes se alinhem aos diversos outros entes, como Estado e agentes do campo. Este alinhamento entre os diversos agentes tem sido apontado com um dos mecanismos essenciais para promover rupturas de práticas que sustentam um determinado campo organizacional, segundo Coraiola et al (2015). Estes alinhamentos deram origem ao trabalho institucional de criação e manutenção institucionais, como será destacado a seguir.

Diante da presente contextualização do início da produção da cachaça e suas modificações ao longo do curso, o atual cenário da bebida encontra-se permeado de trabalhos institucionais de criação e desinstitucionalização, sendo estas categorias do trabalho institucional intimamente relacionadas, como retratado no escopo teórico deste trabalho. O grande trabalho em destaque em todo o setor da cachaça é a evolução da bebida, que perpassou por diferentes momentos, produção, incentivos e histórias.

[...] a coisa realmente vem evoluindo, tá? Muito [...] não dá pra falar assim “Ah, a cachaça de antigamente era boa”, né? Isso é mentira, tá? Tinha muita cachaça ruim, a cachaça tinha bafo, ela tinha mau cheiro. Às vezes, a pessoa até suava uma coisa fedorenta, né? e aí, nós fomos introduzindo a tecnologia de corte, cabeça e cauda [...] controle do fermento que melhorou a eficiência de tempo pra você elaborar um novo fermento [...] Começou-se a se entender sobre tortas de tonel, tostar tonéis de madeira brasileira. Então tudo isso vem gerando um universo muito grande de inovações, de tecnologia e, conseqüentemente, aumenta a qualidade, né? E assim, a gente vê e participa de concursos internacionais e a cachaça vem ganhando muitos prêmios lá fora, comparado com destilados do mundo inteiro [...] (EXECERTO DO ENTREVISTADO 27)

Sob a perspectiva da criação institucional, observa-se a construção de uma nova imagem da cachaça, sendo sua ressignificação tanto em termos de produção quanto de imagem.

Ajudando a disseminar a cachaça mineira, agentes do campo criaram a AMPAQ (Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade), uma associação que visa defender e mobilizar os agentes do campo para conquistar benefícios para os produtores e destaque para a bebida. Seu trabalho vem sendo exercido desde 1980, através de negociação com agentes estatais e forte ação de fortalecimento da imagem da cachaça, assim, a Associação conseguiu modelar ativamente seu ambiente institucional. Identificando oportunidades de ação, apropriando-se socialmente e incluindo novos atores e ações inovadoras, a atual ANPAQ conseguiu mediar as pressões por mudanças, influenciando, inclusive na definição normativa.

A atuação da ANPAQ no campo da cachaça é um exemplo de como a defesa de direitos dos produtores de cachaça de alambique oferece aos atores marginalizados a oportunidade de criar instituições através da articulação política e da legitimidade cognitiva obtida pela informação e publicidade. Com base na categoria analítica de advocacia e defesa, pertencente

à criação institucional, observa-se que a ANPAQ praticou a advocacia, ajudando a construir a legitimidades dos agentes produtores de cachaça. A advocacia conforma-se, portanto, num tipo de trabalho institucional que possibilita aos atores influenciar quando e como as normas institucionais deverão ser percebidas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

A criação de normas institucionais direcionadas para o setor inclui uma série de mudanças de práticas de produção que já haviam sido institucionalizadas no campo e que precisaram ser modificadas, ocorrendo mudanças abruptas em infraestrutura, modos de produção, armazenagem e comercialização. Uma delas, que impactou muitos produtores foi a exigência de regularizar a produção junto ao órgão fiscalizador e responsável, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A produção informal perdura até os dias atuais, sendo esta uma prática institucionalizada no setor (MORAIS, 2019). A justificativa que se tem, de acordo com a narrativa da maioria dos entrevistados, é que essa informalidade no setor persiste em razão das inúmeras exigências por parte dos órgãos reguladores e fiscalizadores, assim como a elevada tributação sob a bebida produzida e comercializada, sendo essas uma das grandes queixas de muitos produtores que contribui para a permanência na clandestinidade.

[...] muitos ‘atua’ na informalidade, porque se for pagar os impostos ninguém aguenta [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 17)

[...] eu acho que o informal tinha que sofrer uma fiscalização e até penalização pesada do Estado, mas ao mesmo tempo eu vejo o lado do pequeno produtor informal, da dificuldade de se adequar, do pouco prazo que as vezes o MAPA da pra ele se adequar, e o custo. Mapa as vezes exige muita coisa que as vezes o pequeno produtor não vai ter condição de fazer [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 20)

Segundo relatos de agentes do campo, as modificações diziam respeito à instalação e infraestrutura, como a separação de ambientes de produção, instalação de sanitários e pias, itens de produção de aço inoxidável próprio para a produção, planilhas de controle de produção e armazenamento, controle de estoque, entre outras pequenas modificações que impactaram na vida dos produtores. O entrevistado 10 relatou que quando o órgão fiscalizador compareceu em sua propriedade, este teve que fechar o estabelecimento produtor por alguns meses para se adequar às normas vigentes, enquanto que o entrevistado 25 ficou anos com a produção parada por causa das mudanças exigidas.

[...] parei a produção por dois anos pra adequar tudo de acordo com as exigências do Ministério. Investimento foi alto, ai a gente foi fazendo de pouco a pouco [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 25)

Essas mudanças dividem opiniões, pois há produtores que concordam com as mudanças exigidas, por mais que considerem que algumas são um “pouco exageradas” (entrevistado 24) e propícias para grandes alambiques (entrevistado 18), enquanto que outros, insistem em permanecer produzindo e correndo riscos de ser multados por não adequação do alambique, mas seguem com o registro em dia no MAPA (entrevistado 24).

[...] algumas coisas são muito exageradas para o tamanho da empresa, às vezes não tem condição de acompanhar (EXCERTO DO ENTREVISTADO 18)

[...] a fiscalização vem faz a vistoria [...] depois volta e acha alguma coisa, ai você tem que correr e adaptar. Pequenas

mudanças sempre acontecem [...] (EXCERTO DO ENTREVISTADO 24)

Com base nas entrevistas e na pesquisa documental, observou-se que as leis, decretos e instruções normativas passaram por alterações e revogações que provocaram mudanças consideráveis, sendo as principais adotadas e vigentes em 2005 (IN 13), 2009 (Dec. nº 6.871), 2010 (IN 32), 2018 (IN 72). Portanto, a aplicação da legislação no cotidiano é percebida pelo entrevistado 17 de forma ponderada, argumentando que algumas exigências contidas na legislação são necessárias, pois visam garantir a qualidade e higiene do produto, mas outras, “[...] talvez com um bom senso resolveria [...]” (excerto do entrevistado 17). Para o entrevistado 20, algumas normas devem ter o objetivo de arrecadar fundos, pois, na visão dele, são de difícil cumprimento pela maioria, o que acarretará em multa.

Diante das presentes narrativas, foi possível constatar que antigas práticas de produção precisaram ser desinstitucionalizadas para dar espaço as outras que estavam sendo criadas de modo a melhorar a produção, através da intervenção do Estado, representada pelo MAPA. Em se tratando da intervenção no setor, houve a criação de uma nova instituição que prevê uma reestruturação organizativa de serviços de inspeção e fiscalização, sendo a parceria entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

Em se tratando de uma reestruturação organizativa de serviços de inspeção e fiscalização, entrou em vigência uma nova atuação no campo a partir do ano de 2019, por meio de uma parceria entre MAPA e IMA. A parceria começou a ser estruturada em 2015, quando o IMA deu início a inspeção de origem vegetal no estado de Minas Gerais.

A parceria entre IMA e MAPA, segundo o entrevistado 6, surgiu em 2015 com a assinatura do termo de convênio através do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), quando naquele ano, o IMA passou por uma estruturação, definindo suas funções de fiscalização e certificação. Em 2018, através da Portaria nº 1 de 26 de junho de 2018 (MAPA, 2018), o IMA passa a ser credenciado a realizar a inspeção e fiscalização das boas práticas de produção e dos padrões mínimos legais exigidos, sendo ações direcionadas à produção e comércio de cachaça.

Sua atuação no campo de fiscalização e inspeção começou somente em janeiro de 2019, mas antes desse período, quando houve a delegação da função em 2018, o IMA deu início ao papel de orientação junto ao setor, participando de eventos e entidades representativas do setor de modo a divulgar informações (E6; E7).

Esse desenho institucional realizado entre IMA e MAPA é inédito no setor de bebidas. Trata-se de um trabalho institucional criado para atender às demandas do campo, visto que o MAPA se encontrava sobrecarregado com as funções e com um quadro de funcionários bastante enxuto (excerto do entrevistado 10). Assim, vislumbrou-se esta parceria como uma saída para racionalizar a força de trabalho do MAPA e direcionar mais ações junto ao campo da cachaça, que não estava recebendo a devida atenção.

O trabalho de criação institucional envolveu o desenvolvimento de arranjos no interior da organização para que atendesse aos seus interesses, como propõe Zietsma e McKnight (2009), uma vez que esses interesses influenciariam o ambiente interno do IMA e MAPA. Assim, uma nova rede normativa de agentes foi desenvolvida, visando garantir legitimidade ao novo processo institucionalizado. Essa rede normativa de agentes diz respeito à parceria entre as instituições, por meio do compartilhamento de práticas que sustentam a institucionalização da prática de inspeção e fiscalização.

Todo trabalho de criação institucional pressupõe a construção de um conjunto normativo que confere legitimidade e identidades à nova instituição (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). No novo desenho institucional não foi diferente. Regras foram estabelecidas para o cumprimento desta parceria, definindo as relações entre os agentes e o campo de atuação, assim

como entre agentes do MAPA e IMA, sendo estabelecidos limites, regras e metas a serem cumpridas, publicadas tanto na Portaria estabelecida entre eles, como em Boletins de Pessoal internos.

O trabalho de educação destes agentes também se constitui fundamental como categoria analítica da criação de instituição, como propõem Lawrence e Suddaby (2006), pois os agentes envolvidos precisam de conhecimento para apoiar e sustentar a nova instituição. Assim, cursos, reuniões e treinamentos foram realizados entre IMA e MAPA, de modo que os agentes do MAPA, com sua experiência e conhecimento de atuação no campo repassaram aos agentes do IMA, para que estes pudessem celebrar o convênio realizado.

Durante a realização desta pesquisa, constatou-se que os técnicos do IMA participaram de dois treinamentos junto ao MAPA, sendo um antes de iniciarem os trabalhos em 2019, e outro em julho de 2019. Esses treinamentos serviram para alinhar questões técnicas da inspeção e fiscalização. O treinamento na prática foi realizado desde janeiro de 2019, com os fiscais do IMA acompanhando o MAPA em suas funções de inspeção e fiscalização, mas também quando necessário, o MAPA acompanha o IMA em fiscalização. Também foi presenciado uma reunião de alinhamento de fiscalização e inspeção entre os entrevistados 8 e 10, representantes do IMA e MAPA, quando foram sanadas algumas dúvidas que apareceram ao longo de algumas fiscalizações. Isso demonstra envolvimento e parceria destes órgãos que estão engajados a legitimarem este novo modelo de parceria entre instituição federal e estadual, visando servirem de referência para outros estados e possíveis novas parcerias.

Nas alambiques visitadas, apenas quatro receberam a fiscalização do IMA, assim como treinamento junto ao MAPA, quanto à fiscalização. E o relato destas visitas não foram tão positivos quanto se esperava. Na percepção dos entrevistados, ainda há uma inexperiência por parte dos fiscais do IMA, que encontram-se bem mais rígidos e inflexíveis, enquanto que os fiscais do MAPA se encontram mais preparados para o desempenho da função.

Também houve relatos de que os próprios fiscais do MAPA encontram-se despreparados para tal atuação, sendo possível encontrar convergências entre a fiscalização por diferentes fiscais de diferentes superintendências e unidades técnicas do MAPA. Os entrevistados 11 e 13 narraram fatos da existência de conflitos na fiscalização, em que para um fiscal do MAPA estava tudo correto, e logo depois outro fiscal do MAPA dirigiu-se até o estabelecimento e o multou por inadequações. Esse foi um caso que foi levado em grau de recurso para o que o próprio órgão julgue.

O entrevistado 24 narrou que os fiscais não estão preparados para atuar, assim como não conhecem toda a legislação do campo, existindo conflitos de interpretações das leis. Dessa forma, essa criação institucional estabelecida entre IMA e MAPA, que já está sendo legitimada pelos produtores mediante a atuação dos fiscais, deveria passar pelos processos de teorização e educação dos agentes, de forma a melhor prepara-los para a atuação no campo e prevenir divergências entre eles mesmos e para com os produtores. Vale ressaltar, contudo, que a própria vivência em campo, contribui para experiência dos fiscais, que provavelmente passarão a incorporar nas práticas cotidianas os ensinamentos adquiridos teoricamente. Certamente, o ajuste virá com o tempo e a vivência em campo.

Em complementariedade, o entrevistado 13 argumenta que muitas vezes o próprio Estado, no caso o MAPA, não incentiva as práticas inovadoras de produção dentro do campo. Um caso citado por este entrevistado é a produção de bebida com um item sólido no interior de sua garrafa, o qual é usado para acrescentar um aroma diferente à bebida. Neste caso, o MAPA não autorizou a comercialização da bebida por alegar que o item interno na garrafa pode se desfazer em partes menores que possivelmente apresentariam riscos quando consumida. Mas diante do estabelecimento de normas de itens permitidos e não permitidos, consistiria em um produto diferenciado no mercado, no qual o MAPA não se dispôs a fazer nem autorizar a produção.

Através do contato com os diversos agentes do campo, observou-se que todos sabiam da parceria entre IMA e MAPA, mas somente alguns tinham conhecimento de como iria funcionar de fato, outros nem sabiam sequer como seria a atuação do IMA na fiscalização cachaça, como é o caso dos entrevistados 11, 12 e 15. O que se sabe de imediato é que houve resistências por parte de muitos produtores a respeito da mudança, no entanto, muitos produtores optaram por produzir a cachaça e bebidas mistas para continuar sendo fiscalizado pelo MAPA, como ocorreu com os entrevistados 14, 16, 18, 23 e 24.

[...] único medo meu com relação a fiscalização, é que com o Ministério nunca tive problema sabe, o que tinha medo era do IMA vim e pegar no pé com coisas assim, ah, coisa boba, que eles sabem que não tem tanto problema assim, não tem a prática de fiscalizar né, eles estão assumindo agora [...]  
(ENTREVISTADO 11)

[...] o ima, pelo que fiquei sabendo, chega, olha e caneta de uma vez, não dão oportunidade [...]  
(ENTREVISTADO 15)

[...] estão sem instrução nenhuma, tiveram um treinamento muito breve com o Ministério da Agricultura [...] fiscais do Ima não entendem certas restrições impostas, mas aplicam [...]  
(ENTREVISTADO 13)

Considerando a base conceitual que subsidia este trabalho, cabe lembrar que Lawrence e Suddaby (2006) apontaram três elementos-chave que orientam os estudos do trabalho institucional:

- i) a consciência, habilidade e reflexividade dos atores individuais e coletivos;
- ii) a compreensão das instituições na sua composição, na ação mais ou menos consciente desses atores; e
- iii) na ação como prática, através das quais os atores criam, mantêm e desfazem instituições.

Assim, analisando a realidade encontrada e narrada pelos entrevistados, pode-se afirmar que existe consciência, habilidade e reflexividade por parte dos agentes produtores de cachaça em relação ao trabalho coletivo realizado. Existe, portanto, uma compreensão do trabalho institucional em curso de forma mais ou menos consciente por parte dos agentes envolvidos, o que tem repercutido em ações práticas de legitimação ao aceitarem que a fiscalização é importante e/ou apoiarem a interrupção de instituições, como desejam que ocorra com a informalidade. Essa análise é complementada com a noção de que a intencionalidade e o esforço integram o trabalho institucional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo teve por objetivo compreender como o Trabalho Institucional dos atores envolvidos provocaram mudanças nas boas práticas de produção da cachaça mineira. O presente recorte visou investigar importantes atores no setor da cachaça a partir da perspectiva de criação e desinstitucionalização de trabalho institucional e da identificação de suas categorias analíticas pertinentes ao trabalho institucional no setor. Para tal, foram retratados aspectos históricos da produção de cachaça em sua antiguidade e seu atual contexto, com base nas mudanças institucionais, em que visa melhor fiscalização no setor da bebida, à luz da teoria do trabalho institucional, com recorte analítico de trabalho institucional.

A cachaça demonstrou ser um produto que durante seu processo de produção, passou por diversas restrições de produção, mas que conseguiu se transformar de um simples e marginalizado subproduto da cana de açúcar em um produto sofisticado. Então, sua valorização se deu a partir da ação de agentes ligados à sua produção que contribuíram para seu

reconhecimento como um “produto histórico”, relacionado ao povo e à cultura brasileira. Esses agentes são sujeitos reflexivos e capazes de influenciar na estrutura da agência, provocando mudanças.

O campo de produção de cachaça é marcado por práticas de produção que perduram desde o período colonial, que datam o início da produção da bebida. Portanto, muitas dessas práticas sofreram alterações ao longo dos anos, mudanças provocadas por ações intencionais e não intencionais que influenciam diretamente na agência e estrutura. Para tanto, fundamentou-se na teoria institucional, mais especificamente, no arcabouço teórico do trabalho institucional que envolve o processo de criação, manutenção e interrupção de instituições.

Ao explorar a natureza real e cotidiana do trabalho desenvolvido nas organizações produtoras de cachaça, a partir do conceito de trabalho institucional proposto por Lawrence e Suddaby (2006), é possível conceber que os fenômenos que se desdobram na realidade social acontecem por meio de práticas locais e arranjos materiais entrelaçados, e que essas práticas se organizam por meio de compreensões acerca de como fazer as coisas, (materializado nos objetivos, pesquisas, ações governamentais e de grupos de interesse e emoções aceitas e ordenadas). Desse modo, é possível afirmar que o foco da investigação dos processos por meio dos quais a ação conduz às mudanças institucionais se traduzem em práticas concretas empregadas pelos diversos agentes para implantá-las.

Em relação ao trabalho institucional no campo da cachaça, tem sua origem ligada à época da coroa portuguesa, que realizou ações para a proibição da produção da bebida, criando barreiras coercitivas para mudança institucional, por meio de sanções, multas e penas. Entretanto, os produtores resistiram e enfrentaram a proibição de forma organizada, contribuindo para a reconfiguração do sistema de crenças dos agentes, criando identidade própria, por meio da manutenção das práticas que já possuíam fundamentações morais e culturais próprias, o que viabilizou e fortaleceu a construção de redes normativas que sancionaram e legitimaram as práticas. Dessa forma, através da análise de conteúdo temática, identificaram-se três tipos de trabalhos, sendo o trabalho político, trabalho técnico e trabalho cultural de institucionalização de boas práticas de produção.

O trabalho de institucionalização de boas práticas está relacionado à criação de um novo modelo de inspeção e fiscalização no campo da cachaça, o qual vem sendo conduzido oficialmente desde 2017, em parceria entre IMA e MAPA. Para tanto, uma nova rede normativa de agentes foi desenvolvida, visando garantir legitimidade ao novo processo institucionalizado. Essa rede normativa de agentes diz respeito à parceria entre as instituições, por meio do compartilhamento de práticas que sustentam a institucionalização da prática de inspeção e fiscalização. O trabalho de educação destes agentes também constitui fundamental categoria analítica da criação de instituição, pois os agentes envolvidos precisam de conhecimento para apoiar e sustentar a nova instituição. Assim, foram realizados cursos, reuniões e treinamentos entre IMA e MAPA, de modo a compartilharem conhecimentos e experiências.

Destaca-se que este artigo, além de contribuir para a compreensão da teoria do trabalho institucional, e a perspectiva de trabalho institucional político e criação de instituições, sinaliza mudanças institucionais no âmbito da produção de cachaça em Minas Gerais, o que abre portas para novos estudos em diversas perspectivas de aplicabilidade do trabalho institucional e suas categorias analíticas. Aponta-se também como sugestão de trabalhos futuros, a pesquisa de das influências do trabalho institucional em outras temáticas, visto que a teoria do trabalho institucional ainda encontra-se em construção no campo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. **Decreto nº 4062, de 21 de Dezembro de 2001.** Define as expressões “cachaça”, “Brasil e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências. Diário

Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de dez.2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/CCiViL\\_03/decreto/2001/D4062.htm](https://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/2001/D4062.htm)>. Acesso em 21 de fev.2019.

BOUMA, G. D.; FELLOW, V. **Distinguishing institutions and organisations in institutions theory: the case of religion and church.** 1997.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology.** Qualitative research in psychology, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRUNING, C.; MARRA, A. L. A.; GODRI, L. **Institutional Work: Uma Ponte Entre Estudos Críticos e Institucionais?** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v.9, n.4, p. 144-156, 2015.

CLARKE, V.; BRAUN, V. **Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning.** The psychologist, v. 26, n. 2, p. 120-123, 2013.

CORAIOLA, D. M. et al. **Trabalho Institucional e teoria da mudança gradual: reflexões sobre atores sociais, estratégias e contextos.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7., Curitiba, 2012. Anais... Curitiba: Anpad, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DA CACHAÇA. *Autocontrole de bebidas, envelhecimento de bebidas.* Case da Cachaça. Brasília: Câmara Setorial, 2019. Recuperado em 29 de janeiro, 2020, de [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camarasetoriais/cachaca/2018/52aro/apresentacao\\_reuniao\\_54\\_camara\\_abril\\_2018\\_para\\_apresentacao\\_envio.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camarasetoriais/cachaca/2018/52aro/apresentacao_reuniao_54_camara_abril_2018_para_apresentacao_envio.pdf)

LAMMERS, J. C.; GARCIA, M. A. **Institutional Theory Approaches.** The International Encyclopedia of Organizational Communication, p.1-10, 2017

LAWRENCE, T. B., SUDDABY, R. **Institutions and Institutional Work.** In S. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence & W. R. Nord (Eds.), *The SAGE handbook of organization studies* (2nd ed., pp. 215-254). London: Sage. 2006.

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R.; LECA, B. (Ed.). **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations.** Cambridge university press, 2009.

LAWRENCE, T. B.; LECA, B.; ZILBER, T. B. **Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues.** Organization Studies, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **A Cachaça no Brasil. Dados de registro de Cachaças e Aguardentes.** (Anuário da cachaça) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2019.

MORAIS, R. de. **A interrupção da informalidade no campo da cachaça de alambique: uma análise sob a ótica do trabalho institucional de participantes de uma associação.** Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal de Lavras (UFLA) 2019

OLIVER, C. **The antecedents of deinstitutionalization.** Organization studies, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

PAIVA, A. L. de. **Lógicas institucionais e estratégia como prática: um estudo em organizações constitutivas do campo da cachaça de alambique.** 2017. 216 p. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017

PAIVA, A. L.; ANDRADE, L. F. S.; MORAIS, R.; RODRIGUES, K. L. S. **Nas fronteiras do novo institucionalismo organizacional: estudo bibliométrico e sociométrico do**



**Institutional Work (2006 – 2017).** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 21., 2018. São Paulo, Anais... São Paulo: USP, 2018.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. **Cachaça: como legalizar seu empreendimento: conheça os procedimentos para formalizar sua empresa de produção ou comercialização de cachaça e aguardente de cana.** Brasília: Sebrae, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A cachaça de Alambique: um estudo sobre hábitos de consumo em Goiânia.** SEBRAE/GOIÁS, 2019.

SILVA, V. F. **De cabeça de porco à bebida de negro: um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII.** 2015. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte. 2015.

SILVA, F. R. **Na embriaguez da cachaça: produção, imaginário e marketing.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

TEIXEIRA, T. S. O trabalho institucional e a institucionalização de boas práticas de produção: Um estudo no campo mineiro da cachaça. Dissertação de mestrado apresentado na Universidade Federal de Lavras. 10 de fevereiro de 2020.

TEIXEIRA, T. S.; SILVA, J. K.; MORAIS, R. de. Revisão integrative sobre trabalho institucional: contribuições teóricas para o conceito. ENANPAD, novembro, 2019.

YAN, Z, J. et al. **An institutional work view toward the internationalization of emerging market firms.** Journal of World Business, 2018.

ZIETSMA, C.; MCKNIGHT, B. **Building the iron cage: institutional creation work in the context of.** In: LAWRENCE, T. B; SUDDABY, R.; LECA, B. Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations. New York: Cambridge University Press, 2009.

ZILBER, T. B. **Stories and the discursive dynamics of institutional entrepreneurship: The case of Israeli high-tech after the bubble.** Organization Studies, v. 28, n.7, p. 1035–1054, 2007.

ZVOLSKA, L.; PALGAN, Y.V.; MONT, O. How do sharing organizations create and disrupt institutions? Towards a framework for institutional work in the sharing economy. **Journal of Cleaner Production**, v.5, n.10, p. 667-676, 2019.